

# Newton diz à ESG que os militares poderão intervir

Janio de Freitas

## Episódios sem anistia

A recusa, pela Constituinte, da anistia aos 40 cabos e 1.509 marinheiros cassados na Marinha por motivos falsamente administrativos, e exclusivamente políticos, teve um sabor pessoal para o ministro Henrique Saboia.

No célebre episódio em que, antes do golpe de 64, um grupo de marinheiros se instalou no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio — ocasião em que se iniciou a notoriedade do provocador profissional e assassino cabo Anselmo — Saboia foi um dos encarregados de dar fim à manifestação. Ao chegar ao sindicato, porém, sua tropa aderiu aos manifestantes e um dos marinheiros, provavelmente outro provocador, tirou-lhe o quêpi e com ele fez aquela brincadeira desagradável de "barata voa".

Surpreendido e impotente, Saboia foi socorrido pelo então presidente do Sindicato dos Aeronautas, Mello Bastos, que repreendeu os envolvidos na provocação e fez com que devolvessem o quêpi ao dono. O hoje ministro Henrique Saboia jamais apagou o ressentimento pelo episódio. Foi, agora, o grande artífice da derrota dos marinheiros, embora não sejam necessariamente os mesmos que o desrespeitaram. Em tempo: Mello Bastos também foi cassado.

O mesmo texto sobre "anistia" aprovado pelos constituintes, de autoria do Centrão, contém uma jóia da leviandade dominante. É o trecho que concede a recuperação de todas as vantagens ao militar excluído no período de impedimento do presidente Costa e Silva, atingido por um

derrame cerebral, bastando que comprove à Justiça, ter sido o ato punitivo "eivado de vícios graves".

Este benefício — e não ato justo de reparação — foi obtido do Centrão por um único cassado. Oficial do torturante Cenimar, que é o serviço secreto da Marinha, este oficial foi mandado à Suíça para recuperar a fortuna em dólares lá depositada, depois de desviá-la do Banco do Brasil, pelo "Bom Burguês", bancário envolvido em financiamentos ao movimento armado. O oficial, defensor da ordem e dos bons costumes, preferiu, no entanto, reservar boa parte da fortuna para si.

Instalou-se certa confusão no alto comando, contrapondo protetores (ou, ao que já foi até publicado, mais do que protetores) e cassadores do bom burguês em versão fardada. Ganharam os segundos. Mas, como o oficial provou mais tarde na Justiça, havia mais bons burgueses irrefreáveis na Marinha: o confronto entre os dois grupos formados a sua volta foi decidido por um ato de cassação em que alguém falsificou a assinatura do presidente Costa e Silva, àquela altura já incapaz de assinar.

Eis quem é o beneficiário da anistia a militar cassado no preciso período do impedimento de Costa e Silva e em ato "eivado de vícios graves". Vai agora buscar, não tão longe quanto a Suíça, mas ali na Marinha, uma segunda fortuna. De bom, passa a ótimo burguês — o que significa que não dividirá qualquer parcela da fortuna com seus beneficiadores do Centrão.

Da Sucursal de Belo Horizonte

Ao fazer ontem uma retrospectiva histórica da presença militar na política brasileira, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), disse que os militares "não gostam do poder, mas sempre intervêm por incompetência dos políticos". Em palestra a 127 estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), que estiveram em Belo Horizonte para ouvir o governador, Newton afirmou que "os militares não assumiram o poder pelo poder" e "não têm a pretensão de dirigir o país", mas "poderão intervir na hora do confronto".

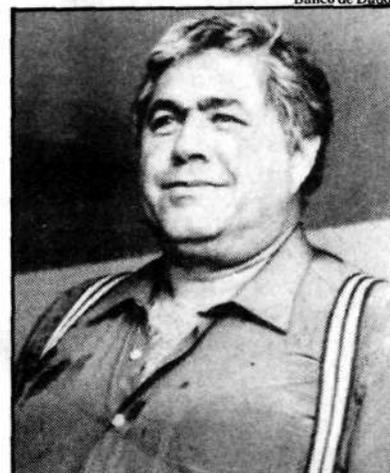
"Espero que a Constituinte tenha bom senso para a realidade nacio-

nal, senão vamos para o confronto, o que não é bom", disse Newton. Durante sua palestra de mais de uma hora, condenou as chamadas "conquistas sociais" e o tabelamento dos juros aprovados no primeiro turno do Congresso constituinte. Após a palestra, Newton participou de um debate, a portas fechadas, com os estagiários da ESG, em que respondeu a 18 perguntas.

Apesar de se referir várias vezes ao "confronto", no discurso, o governador amenizou suas afirmações na entrevista que deu após o debate. "Os militares não foram feitos para administrar o Brasil. Eles existem para a segurança do país e nós, políticos, temos é que ter competência para não deixar que este país vá ao confronto", afirmou. Acrescen-

tu, no entanto, que "não vai haver confronto" e até considerou que "o presidente Sarney exagerou um pouco quando falou do apocalipse". Dessa vez, evitou dizer que estaria faltando competência aos políticos: "O que falta é bom senso." Newton assegurou que os militares "estão inteiramente calmos" após a rejeição pelo Congresso constituinte da emenda que propunha anistia aos punidos das Forças Armadas.

Ainda na palestra, Newton Cardoso classificou como "exageros" a aprovação da licença maternidade de 120 dias, a jornada de seis horas e tabelamento dos juros em 12%. "Os políticos precisam agir com os pés no chão para recolocar no lugar os exageros da Constituinte", disse.



O governador Newton Cardoso (MG)

Banco de Dados